

ATA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, através do aplicativo
2 *Microsoft Teams*, realizou-se por videoconferência a 94ª Reunião Ordinária da Comissão
3 de Proteção à Paisagem Urbana. **01)** O Senhor Presidente Suplente da Comissão de
4 Proteção à Paisagem Urbana, Francisco Cezar Tiveron, declarou aberta a sessão às
5 14h05min na presença da Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca e dos
6 representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, que compuseram o plenário
7 virtual, a saber, pelo Poder Público: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
8 - **SMUL (1)**, Sra. Flávia Taliberti Pereto (Titular) e Sra. Rosana Yamaguti (Suplente),
9 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - **SMUL (2)**, Sra. Mariana Araújo
10 Roggero (Titular), Secretaria de Governo Municipal - **SGM**, Sr. Pedro Caique Leandro do
11 Nascimento (Titular) e Sr. Pedro Kazu Gabiatti (Suplente), Secretaria Municipal de Justiça
12 - **SMJ**, Sra. Maria Lucia Palma Latorre (Suplente), Secretaria Municipal das
13 Subprefeituras - **SMSUB**, Sr. Marcos Vinicius Correa de Souza (Suplente), Secretaria
14 Municipal de Cultura - **SMC**, Sra. Alice de Almeida Américo (Suplente), Secretaria
15 Municipal do Verde e do Meio Ambiente - **SVMA**, Sra. Larissa Bueno Mendonça (Titular),
16 São Paulo Urbanismo - **SP URBANISMO**, Sra. Lucia Miyuki Okumura (Titular) e Sr.
17 Francisco Cezar Tiveron (Suplente); e pela Sociedade Civil: Movimento Defenda São
18 Paulo - **MSDP**, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral (Titular), e Associação dos Ciclistas Urbanos
19 de São Paulo - **CICLOCIDADE**, Sr. José Antonio Chinelato Zagato (Suplente), Associação
20 dos Mutuários e Moradores - **COHAB**, Sra. Maria Angelica Correia de Oliveira
21 (Suplente), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana
22 Mackenzie - **MACKENZIE**, Sra. Viviane Manzione Rubio (Titular) e Instituto de Estudos,
23 Formação e Assessoria em Políticas Sociais - **PÓLIS**, Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz
24 (Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil, Instituto de Arquitetos do Brasil -
25 Departamento de São Paulo - **IABSP**, Sra. Maria Elizabet Paez Rodriguez (Suplente),
26 Associação Comercial de São Paulo - **ACSP**, Sra. Vanessa Giroto Muniz (Titular) e
27 Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo - **ASBEA-SP**, Sra.
28 Adriana Blay Levisky (Suplente), Conselho Participativo Municipal - **CPM**, Sr. Durval
29 Nicolau Tabach (Titular) e Sra. Stela de Camargo da Dalt (Suplente), Conselho Municipal

30 do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, Sra. Elisa Ramalho Rocha
31 (Titular) e Conselho Participativo Municipal – CPM, Mauricio Ramos de Oliveira. 02)
32 Antes de iniciar o primeiro item de pauta, a Sra. Secretária Executiva da CPPU descreveu
33 os ritos a serem seguidos perante a reunião estar ocorrendo virtualmente, informando
34 que a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo pelo *Youtube* através do canal
35 da SMUL e que as votações seriam realizadas individualmente. 03) Em relação às
36 Comunicações Gerais, o Presidente deu a posse aos representantes da Sociedade Civil,
37 de acordo com a Portaria SGM 140/2022 (D.O.C. 20/04/2022), conforme segue:

38 **I – SEGMENTO: DE MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO**

39 ENTIDADE: Movimento Defesa São Paulo – MDSP

40 Titular: FABIO JORGE BENINI CABRAL

41 ENTIDADE: Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo - CICLOCIDADE

42 Suplente: JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO

43 **II – SEGMENTO: DE MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO**

44 ENTIDADE: Associação dos Mutuários e Moradores da COHAB 1

45 Titular: MARIA ELISA DO NASCIMENTO

46 Suplente: MARIA ANGELICA CORREIA DE OLIVEIRA

47 **III – SEGMENTO: ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL**

48 ENTIDADE: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana -
49 MACKENZIE

50 Titular: VIVIANE MANZIONE RUBIO

51 ENTIDADE: Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

52 Suplente: DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ

53 **IV – SEGMENTO: ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL**

54 ENTIDADE: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo – IABSP

55 Titular: NATALIE SALLUM BARUSSO

56 Suplente: MARIA ELIZABET PAEZ RODRIGUEZ

57 **V – SEGMENTO: ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL**

58 ENTIDADE: Associação Comercial de São Paulo – ACSP

59 Titular: VANESSA GIROTO MUNIZ

60 ENTIDADE: AsBEA-SP – Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura de São
61 Paulo

62 Suplente: ADRIANA BLAY LEVISKY

63 **VI – SEGMENTO: CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS**

64 ENTIDADE: Conselho Participativo Municipal – CPM

65 Titular: DURVAL NICOLAU TABACH

66 Suplente: STELA DE CAMARGO DA DALT

67 **VII – SEGMENTO: CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS**

68 ENTIDADE: Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –

69 CADES

70 Titular: ELISA RAMALHO ROCHA

71 ENTIDADE: Conselho Participativo Municipal – CPM

72 Suplente: MAURICIO RAMOS DE OLIVEIRA

73 **VIII - SEGMENTO: CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS**

74 ENTIDADE: Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –

75 CADES

76 Titular: ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

77 ENTIDADE: Conselho Participativo Municipal – CPM

78 Suplente: SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA

79 **04)** Em ato contínuo, foi dada posse das representantes da Secretaria Municipal de
80 Urbanismo e Licenciamento - SMUL, Sra. Flávia Taliberti Peretto, na qualidade de Titular,
81 e a Sra. Rosana Yamaguti, na qualidade de Suplente, conforme a Portaria SGM nº
82 147/2022 (D.O.C. 28/04/2021), seguida pela apresentação da Secretária Executiva sobre
83 as atribuições da CPPU, e ciência da Ata da 93ª Reunião Ordinária da CPPU. **05)** Após a
84 apresentação o representante suplente da CICLOCIDADE, Sr. José Antonio Chinelato
85 Zagato, solicitou a palavra e iniciou se apresentando e elogiando a apresentação, dizendo
86 que seria positivo se tivesse ocorrido uma apresentação parecida no CMPU; chamou a
87 atenção quanto ao Regimento Interno ser do ano de 2010 e estar desatualizado em
88 comparação com o Plano Diretor; questionou quais são as formas dos representantes ou
89 mesmo da sociedade civil encaminharem as denúncias, representações e apontamentos
90 para os descumprimentos da Lei Cidade Limpa que se mostram cada vez mais recorrentes
91 na Cidade de São Paulo; e questionou os representantes da Secretaria Municipal de
92 Cultura se seria possível que os representantes da CPPU encaminhem os apontamentos
93 que desrespeitam as normas da Lei Cidade Limpa nos casos de imóveis que são
94 considerados Patrimônio Histórico ou áreas tombadas, interferindo na visibilidade e na
95 apreciação da paisagem urbana, tanto de pedestres e mobilidade ativa, quanto na

96 mobilidade motorizada; em resposta, o Presidente iniciou agradecendo e esclarecendo
97 que são possíveis denúncias contra diretrizes estabelecidas especificamente na Lei
98 Cidade Limpa ou qualquer irregularidade sobre bens tombados, e que são legislações e
99 órgãos de controle diferentes, mas complementares; especificamente na questão do
100 descumprimento da Lei Cidade Limpa, os órgãos legalmente estabelecidos para fazer a
101 fiscalização e eventual autuação por alguma infração são as subprefeituras, então nesse
102 caso os representantes podem atuar tanto como cidadãos comuns, quanto
103 representantes da comissão, encaminhando a denúncia sobre qualquer descumprimento
104 da Lei diretamente para a Subprefeitura ou para a Secretaria Executiva, nesse caso será
105 feito o reencaminhamento para o próprio órgão fiscalizador; em relação a alguma
106 questão específica sobre o bem tombado, deverá ser encaminhado para a Secretaria
107 Municipal de Cultura – SMC/DPH ou para a Secretaria Executiva da CPPU, que neste
108 caso também será feito o reencaminhamento; o representante suplente da
109 CICLOCIDADE agradeceu a informação vinda diretamente do colegiado da CPPU; em
110 complemento, o Presidente informou que a CPPU tem um canal de atendimento em geral
111 para a população por e-mail, onde é feito as orientações de aplicação da Lei Cidade Limpa
112 e informações sobre alguma irregularidade, mas que de qualquer forma a assessoria
113 técnica e a Secretaria Executiva estão à disposição sempre que necessário para qualquer
114 tipo de dúvida. **06)** Em seguida, o representante titular do MDSP, Sr. Fabio Jorge Benini
115 Cabral, questionou como funciona na prática as resoluções e despachos da CPPU, com a
116 possibilidade de ofícios individuais ou da própria comissão votando como um todo,
117 informou ser representante dos Movimentos de Bairro, sendo o titular do Sr. José
118 Antonio Chinelato Zagato, disse ainda que participa do Conselho Participativo da Sé e da
119 Associação Viva Pacaembu representando a sociedade civil em diversos canais, explicou
120 que em outros conselhos que acompanha, o encaminhamento das demandas é feito de
121 duas formas, com sugestão de pautas para serem discutidas nas reuniões ordinárias ou
122 atuando individualmente como representante, oficiando o órgão público ou o pleito para
123 ter uma força maior de comissão com a decisão em votação e assim fazer o
124 encaminhamento, então a questão é, se na CPPU, o procedimento poderá ser feito desta
125 mesma forma; em resposta, o Presidente informou que para as questões de competência
126 da CPPU, qualquer membro poderá encaminhar para a presidência uma solicitação para a
127 discussão de um assunto em reunião plenária, após a avaliação da presidência e o assunto
128 sendo pertinente de deliberação da CPPU ou de interesse da Paisagem Urbana, será

129 pautado para que a discussão seja objeto de análise e eventual deliberação, dependendo
130 do tema, se não for objeto de deliberação da CPPU, a presidência avaliará a solicitação e
131 encaminhará para o órgão específico solicitando as providências, e qualquer questão de
132 dúvidas em relação a atuação, a Secretaria Executiva está sempre a disposição para as
133 orientações. **07)** Ainda nas Comunicações Gerais, foi dada ciência do Relatório de
134 Operação "Renovação da autorização de operação de painel de led em fachada do
135 edifício Shopping Cidade de São Paulo", tratado no SEI 6068.2019/0000130-3, sendo
136 informado que seria enviado por e-mail para todos os representantes. **08)** Em relação
137 ainda ao primeiro item de pauta, o Presidente passou a palavra para a Prof.^a Dr.^a. Harmi
138 Takiya, Assessora Técnica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, geóloga da
139 Prefeitura de São Paulo, com graduação em Geologia pela Unesp, mestrado e doutorado
140 pelo IG-USP, que expôs ao colegiado sua pesquisa sobre "DADOS ABERTOS
141 GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO" desenvolvida no Departamento
142 de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo,
143 convidando os representantes a participarem e divulgarem. **09)** Com a palavra a
144 representante titular do MACKENZIE, Sra. Viviane Manzione Rubio, disse que, na
145 pesquisa, está informando que foi analisada pela equipe de professores da USP, e assim
146 gostaria de saber se houve análise por algum tipo de comitê de ética; em resposta, a
147 apresentadora afirmou conhecer o comitê de ética, porém, após reuniões, foi
148 estabelecido que não haveria necessidade de passar pela comissão de ética, pois a
149 pesquisa não qualifica e nem identifica quem responde o questionário, mas caso haja
150 qualquer dúvida ou sugestão, poderá entrar em contato através de e-mail; a
151 representante então disse que desde o ano passado na universidade que leciona, a
152 direção definiu que qualquer pesquisa com entrevistas seria importante passar pelo
153 comitê de ética, mas que se teve toda essa análise esta respondido; a apresentadora
154 agradeceu dizendo que está à disposição, e por fim disse que assim que tiver o resultado
155 da pesquisa apresentará para os representantes. **10)** Em continuidade ao assunto, o
156 representante suplente da CICLOCIDADE, Sr. José Antonio Chinelato Zagato, iniciou
157 agradecendo a oportunidade de conhecer a pesquisa, e como tem muitas organizações da
158 sociedade que desconhecem a possibilidade da CPPU acolher as apresentações de
159 pesquisas e trabalhos que estão sendo feitas ou que já foram concluídas, relacionadas
160 direta ou indiretamente com as atribuições da CPPU, se tem essa abertura de
161 apresentação para os colegiados, não apenas sobre algo específico, mas algo de pesquisa

162 de política pública benéfica para a paisagem urbana, se tiver o procedimento, é só mandar
163 e-mail para a presidência solicitando ou só entrar e participar da reunião; em resposta, o
164 Presidente informou que quaisquer questões que os membros considerarem relevantes
165 para o conselho e para a paisagem urbana podem ser encaminhado para a presidência da
166 CPPU, que fará a avaliação da pertinência, e assim poderá agendar uma apresentação
167 para uma reunião. **11)** O Presidente agradeceu a Sra. Harmi e deu continuidade aos
168 trabalhos. **12)** 6068.2022/0001468-0 (AD REFERENDUM); CIDADE JARDIM SHOPS
169 S.A.; RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO DE PAINÉIS DE LED EM
170 FACHADA DE EDIFICAÇÃO. Após a relatoria pelo técnico da São Paulo Urbanismo, Sr.
171 Breno Eitel Zylbersztajn; o Presidente iniciou dizendo que as fachadas de mídia estão
172 regulamentadas pela resolução da CPPU como foi apresentado, desde que não causem
173 impacto na paisagem, e, sempre que tem uma nova proposta deliberada favoravelmente,
174 é considerado um prazo de autorização que em geral é por seis meses, isso ocorre por
175 dois motivos: para saber se o interessado vai cumprir o projeto proposto e para saber se
176 tem algum tipo de contestação da população e do entorno em geral; após essa
177 autorização, é solicitado um relatório com as atividades para apresentar o que foi feito e
178 depois de algumas aprovações recorrentes o entendimento é de que o interessado está
179 cumprindo com o solicitado; em alguns casos, quando a CPPU aprova por prazo
180 indeterminado, o interessado envia periodicamente relatórios da operação para
181 avaliação, mas caso descumpra qualquer regra, a autorização será cancelada, com o
182 interessado sofrendo qualquer tipo de sanção por descumprimento da legislação vigente.
183 **13)** Com a palavra, o representante suplente do CPM, Sr. Mauricio Ramos de Oliveira,
184 iniciou cumprimentando a todos e se apresentando, e questionou se toda vez que for
185 apresentado algum pedido de deliberação, a manifestação técnica é apresentada; em
186 resposta, o Presidente afirmou e complementou que os processos que são objetos de
187 deliberação são encaminhados previamente para a Assessoria Técnica da CPPU, exercida
188 pela São Paulo Urbanismo, sendo feita uma avaliação técnica com todos os aspectos da
189 inserção na paisagem comparando as resoluções da CPPU e as aprovações anteriores
190 semelhantes, e com todas essas informações é possível fazer a avaliação, em geral, sendo
191 feita uma sugestão de encaminhamento, mas a comissão tem uma prerrogativa legal de
192 acatar ou não, essa avaliação técnica é feita no sentido de facilitar o processo de
193 compreensão dos processos, pois o processo completo ou integral com a solicitação do
194 interessado e todas as análises técnicas é encaminhado com antecedência para todos os

195 membros para a compreensão do que se trata. 14) Na sequência, o representante titular
196 do MDSP, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, questionou se existe alguma questão de
197 luminosidade que não foi abordada, e qual o tempo de funcionamento dos painéis de led
198 após o fechamento do horário comercial do estabelecimento; em resposta, o Presidente
199 informou que, ao receber solicitações para instalação de painel de led em fachadas de
200 edificação, uma análise técnica é realizada em relação ao tipo de equipamento, a
201 resolução estabelece que esses painéis não podem causar desconforto e problemas com
202 o trânsito, não existindo um parâmetro, o que resulta em aprovações prazos
203 determinados; a análise técnica preliminar também compara o uso no entorno do edifício,
204 se for em área exclusivamente residencial, geralmente o parecer é negativo;
205 normalmente estes painéis estão em áreas de uso misto, o que requer uma avaliação
206 preliminar para identificar potenciais incômodos; informou que, normalmente, esses
207 painéis que aprovados pela CPPU são de baixa luminosidade, mas isso não quer dizer que
208 não possa causar algum tipo de desconforto, justificando a avaliação preliminar, assim
209 como a aprovação temporária ocorre para saber se os usuários e moradores do entorno
210 possuem algum tipo de manifestação contrária; no caso do painel em questão, ele opera
211 somente durante o horário de funcionamento do shopping; em complemento, o
212 representante titular do MDSP informou que por iniciativa dos vereadores, em breve irá
213 ocorrer um estudo um pouco mais aprofundado, pois há uma grande utilização dos
214 painéis, inclusive em área pública, e ressaltou que o uso misto tem a possibilidade de
215 algum uso residencial, então de alguma forma poderá gerar um desconforto. 15) Em
216 seguida, a palavra foi passada para o representante titular do CPM, Sr. Durval Nicolau
217 Tabach, que iniciou se apresentando, e questionando se o que está sendo discutido é um
218 projeto que já foi aprovado sem nenhuma modificação, a não ser o conteúdo que será
219 veiculado nos painéis, obedecendo a legislação com conteúdo artístico e decorativo, e a
220 prorrogação do prazo, e se existe fiscalização sobre o cumprimento dessas normas ou só
221 fiscaliza se houver reclamação e denúncia, deduzindo assim que foi cumprido, e caso haja
222 o tal descumprimento, a penalidade é essa já dita de cancelar a autorização ou tem
223 alguma multa; em resposta, o Presidente informou que houve um aumento das
224 solicitações para instalações desse tipo de painel, e nos casos específicos de painel de
225 mídia digital de fachada, existe uma resolução da CPPU; informou que a maioria utiliza os
226 painéis como elemento arquitetônico decorativo de seu estabelecimento e cumprem a
227 regra, assim, por ser novidade e por falta de outros parâmetros mais objetivos para

228 análise, a comissão faz uma avaliação do entorno do imediato para ver se está adequado
229 ou minimamente adequado, em termos de uso e ocupação do espaço; a comissão realiza
230 as aprovações temporárias para poder entender como é que isso pode funcionar no
231 ambiente urbano e aprender na medida que ocorre; em relação a fiscalização de
232 descumprimento de parâmetros da Lei Cidade Limpa, a atribuição é dos agentes vistoros
233 das Subprefeituras, que avaliam e autuam as irregularidades; informou que existem
234 denúncias de diversos assuntos, porém até o momento, nenhum desses painéis
235 aprovados foram denunciados, nem por descumprimento e nem por incomodo pela
236 operação, mas qualquer cidadão que identificar o uso irregular, poderá apresentar a
237 denúncia nas Subprefeituras ou na CPPU, e caso a denúncia chegue na CPPU, serão
238 tomadas as devidas providências para o encaminhamento até a Subprefeitura local, pois a
239 CPPU não possui corpo técnico e nem atribuição de fazer fiscalização na rua; em
240 complemento, a Secretária Executiva informou que a interessada do processo estava
241 acompanhando a reunião do Youtube, mas que tentaria entrar, e que de qualquer forma
242 esclareceu no chat que o painel fica ligado das 09h às 21h. 16) Na sequência a
243 representante titular do CADES, Sra. Elisa Ramalho Rocha, iniciou se apresentando para
244 todos, agradeceu os esclarecimentos e a apresentação realizada, e complementou que
245 existem dois pontos: para a CPPU oferecer uma autorização permanente, seria
246 importante saber o que acontece com relação ao trânsito, se a existência desses painéis
247 durante o tempo de operação teve alguma incidência em relação a acidentes de trânsito,
248 assim sendo importante consultar a SMT ou CET, se há registros no cruzamento para
249 ajudar a entender a situação antes e depois para saber se há alguma questão relevante
250 que deverá tomar cuidado; a outra questão é saber quem seria o responsável por levantar
251 as informações, se seriam os conselheiros através de alguma solicitação ou seria
252 atribuição da Secretaria Executiva, pois apesar da população estar sempre com a
253 possibilidade de fazer reclamações oficiais, nem sempre essa mesma população tem o
254 conhecimento de quais canais devem utilizar, e então nem sempre as reclamações
255 chegam nas vias oficiais; posto isso, solicitou a opinião dos colegas representantes se não
256 seria o caso de fazer uma solicitação para o interessado para que haja uma pesquisa de
257 satisfação e de registros de incômodos entre os pedestres e moradores do entorno
258 imediato, que talvez se o interessado conseguir levantar dados mais quantitativos e
259 qualitativos, a comissão tenha mais elementos para de fato estabelecer regras e ter uma
260 conduta com procedimentos mais determinados, já que é um assunto que está se

261 explorando no novo contexto; em resposta, o Presidente disse que a CPPU não faz
262 nenhuma pesquisa, pois não tem um corpo técnico amplo para fazer, seja de satisfação da
263 população ou mesmo de rotina, pois existe uma grande quantidade de processos e não
264 seria viável nas circunstâncias atuais realizar esse tipo de trabalho de maneira recorrente
265 e regular, porém, não impede que a comissão solicite dados da CET, como do entorno
266 imediato, dos dados históricos, de incidência de acidentes, mas se em qualquer momento,
267 em qualquer aprovação tiver algum tipo de reclamação ou de questionamento, poderá
268 ser levado em consideração; a plenária possui pleno poder de condicionar uma aprovação
269 definitiva, como este exemplo de ter uma análise mais detalhada, mas seria muito difícil
270 fazer uma análise da situação, pois é uma questão muito mais complexa que demanda
271 recursos e pessoas; sempre lembrando que qualquer análise de dados, não vai ser uma
272 análise científica, porque independentemente de ter esses painéis de led nas suas
273 vitrines, o shopping já tem uma certa demanda de trânsito, ou seja, tem outros
274 componentes que influenciam ou podem influenciar na eventual incidência, por exemplo
275 uma lei de trânsito, de congestionamento ou de acidentes, não sendo possível eliminar
276 outras variantes, mas se a CPPU entender que esta informação seria relevante para que
277 haja uma autorização permanente na deliberação da plenária, não haveria nenhum
278 problema em solicitar. **17)** Com a palavra, o representante suplente da CICLOCIDADE,
279 Sr. José Antonio Chinelato Zagato, iniciou parabenizando o trabalho do técnico e relator,
280 e informou que o material recebido no drive está com a extensão .htm, e não abre em
281 nenhum navegador, solicitando assim enviar em .pdf; sobre as dúvidas técnicas, informou
282 que no material existe um relatório operacional, sendo apresentado periodicamente por
283 um outro interessado, um outro empreendimento com o mesmo tipo de exibição no
284 painel de led, contendo uma comunicação geral para tomar ciência do que está
285 acontecendo, parecendo ser tratamento distinto para os dois casos, um fica com o prazo
286 indeterminado e o outro está como razoável, neste caso do prazo indeterminado, tem um
287 dispositivo dinâmico como um painel de exibição adequado, e suas informações se
288 alteram ao longo do tempo; o conselheiro compartilhou um link no chat da reunião
289 ([https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/
290 PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf)), e continuou dizendo que gostaria de chamar a
291 atenção para o PlanClima, que é um plano municipal de mudanças climáticas que foi
292 homologado em 2020 com o propósito de transformar e causar a redução dos efeitos
293 causadores das mudanças climáticas, e se por um lado a Lei Cidade Limpa converge para

294 reduzir a poluição em suas várias dimensões, por outro, busca através de dispositivos
295 mais tecnológicos chamar a atenção para os edifícios, sem considerar o custo disso, tendo
296 em vista a existência de um plano municipal que é obrigatório e transversal a todas as
297 Secretarias e as políticas do executivo; informou que os edifícios que passam a conter
298 esses painéis consomem mais energia, ao invés de um dispositivo estático
299 correspondendo a própria política pública que a Prefeitura de São Paulo instituiu para
300 todas as suas Secretarias, com a função de tornar os edifícios mais energeticamente
301 eficientes; então para isso a CPPU tem condições para contar com o apoio técnico, como
302 o Jornal IPT, que tem pessoas capacitadas para aferir de forma científica o grau de
303 consumo de energia e de até luminosidade; a comissão tem esse dever no caso do Plan
304 Clima para melhorar a prestação de serviço público do controle social; uma autorização
305 como essa, que poderá ter precedentes para demais casos que potencializarão o consumo
306 de energia, seria mais prudente que a autorização fosse de seis meses com a
307 apresentação de um relatório operacional, e no período colocar uma meta de prazo para
308 uma consulta formal e oficial da CPPU para os órgãos e entidades que se disponibilizarem
309 a apresentar esses critérios de grau de luminosidade aos técnicos; reiterou o
310 posicionamento da representante titular do CADES, que no caso de vias onde existem
311 diferentes convivências de tráfego de pedestre, de ciclistas e de veículos motorizados
312 com velocidade acima de 30/h ou 40/h, esses dispositivos visuais tendem a dispersar a
313 atenção, aumentando o risco de acidente, então, para prevenir, considerou conveniente
314 aproveitar essas condições funcionais para requerer os parâmetros técnicos, ficando
315 mais fácil para a área técnica da CPPU ou quaisquer órgãos da Prefeitura possuírem os
316 parâmetros normatizados para coibir, conter ou reduzir esse tipo de veículo de
317 comunicação visual que ainda não impede publicitário de estar consumindo muito mais
318 energia de dispositivos fixos da maioria dos estabelecimentos comerciais da Cidade de
319 São Paulo; para finalizar, informou que, para quem caminha pela Avenida Paulista ou já
320 esteve em outras cidades onde isso é mais recorrente, é possível perceber os impactos na
321 paisagem urbana e no consumo de energia; em resposta, o Presidente iniciou
322 considerando relevante a preocupação do representante com a política de redução do
323 consumo de energia, mas que, até o momento, a CPPU aprovou somente seis painéis
324 classificados como painéis de mídia em fachadas, neste sentido, o entendimento é de que
325 pode ser uma tendência, mas no momento, a avaliação é de que existe um impacto
326 mínimo no sentido de política de redução a consumo de energia, podendo ser de

327 interesse do próprio estabelecimento; todas as discussões levadas no âmbito municipal
328 ou em outros âmbitos são questões importantes, sendo importante estabelecer políticas
329 mais efetivas em relação a isso, mas no momento, a CPPU está tratando de um conjunto
330 de elementos que tem o consumo de energia pouco significativo; seria muito mais
331 significativo uma iluminação cênica de vários edifícios, onde os edifícios novos utilizam a
332 iluminação como parte de uma solução arquitetônica das fachadas; então, considerou
333 válido o que o representante falou, desde que exista uma política que atue nas demais
334 hipóteses de iluminação nas fachadas das edificações; porém, não significa que a CPPU
335 não possa fazer uma resolução e colocar uma exigência de compensação, mas qualquer
336 restrição, qualquer exigência ou condição adicional deveria estar no âmbito de uma
337 política mais ampla que abranja outros usos de energia de iluminação; informou que a
338 resolução da CPPU sobre o assunto não foi uma iniciativa de incentivar a instalação, mas
339 sim de regular, depois de receber algumas demandas de instalação deste tipo de painel foi
340 feita uma condição mínima para ser atendida; todos os membros da comissão podem
341 propor algum tipo novo de regulamentação ou alguma discussão mais aprofundada que
342 possa combinar inclusive a regulamentação que está hoje; em relação a questão de
343 parâmetros, a Prefeitura não traz parâmetros técnicos e científicos na regulamentação,
344 ou assume parâmetros da própria ABNT ou dos órgãos técnicos que tem expertise, como
345 por exemplo a intensidade luminosa prejudicial, não significando que a Prefeitura não
346 possa fazer, só não existe neste momento a condição técnica e científica para elaborar um
347 regulamento específico; em réplica, o representante agradeceu os esclarecimentos e
348 disse que seria muito importante considerar esses parâmetros para não ficar com
349 divergências. 18) Com a palavra a representante titular da SP URBANISMO, Sra. Lucia
350 Miyuki Okumura, iniciou se apresentando e reforçou um pedido já feito anteriormente,
351 que em situações como a que foi apresentada, que fosse solicitado para o interessado um
352 vídeo da fachada do prédio com o painel ligado, pois foi anexado no processo algumas
353 imagens, mas sem a fachada; ainda solicitou para o Presidente se seria possível a CPPU
354 fazer um relatório com algumas exigências para que os interessados apresentem tudo
355 que seja necessário e viável para a autorização permanente; em resposta, o Presidente
356 informou que não há nenhum problema em especificar e detalhar quais os elementos que
357 os interessados devem apresentar para demonstrar o cumprimento dos critérios
358 estabelecidos, assim como colocar um item adicional para apresentar um vídeo da
359 fachada. 19) A representante titular da SMUL 1, Sra. Flávia Taliberti Pereto, iniciou se

360 apresentando, e lembrou que na época que participou da comissão em meados de 2017,
361 antes de aprovar por tempo indeterminado, era solicitado para que o responsável
362 apresentasse um relatório sobre as operações do painel, e era feito também uma
363 aprovação em caráter precário; em resposta, o Presidente repetiu o que já tinha dito
364 antes, que as primeiras aprovações são sempre com prazos determinados, geralmente
365 são por seis meses com apresentação do relatório de operação, uma vez cumprido todo
366 os requisitos durante esse tempo, a CPPU sugere mais alguns prazos determinados
367 geralmente dois anos, e após todos esses prazos com todos os atendimentos, a assessoria
368 técnica sugere a comissão uma aprovação por prazo indeterminado com o interessado
369 tendo a obrigação de apresentar o relatório de operação a cada seis meses, então nesse
370 caso da deliberação desta reunião, a assessoria técnica entendeu que este processo
371 chegou neste ponto, e que se a comissão estiver segura poderá deliberar para o prazo
372 indeterminado, ou se não concordar o interessado continuará apresentando de seis em
373 seis meses o prazo com a renovação. **20)** A próxima com a palavra, a representante titular
374 da SVMA, Sra. Larissa Bueno Mendonça, iniciou dizendo que com a formação de uma
375 autorização permanente, pensou sobre a interferência luminosa do LED em relação à
376 fauna e flora próximas ao local, então seria interessante uma consulta em relação a este
377 tema; em resposta, o Presidente informou que essa questão teria que ter um parâmetro
378 mais objetivo para nortear, como um diagnóstico da ocorrência de fauna e flora, e após
379 isso, saber qual a intensidade luminosa do elemento avaliado, qual a consequência da
380 eventual instalação, e na falta de um parâmetro mais objetivo a CPPU faz o que está ao
381 seu alcance, como aprovar de maneira temporária para entender as consequências da
382 operação dos elementos; no entanto, a CPPU pode solicitar para a Secretaria Municipal
383 do Verde e Meio Ambiente auxílio na compreensão e de como estabelecer algum tipo de
384 parâmetro mais objetivo que possa subsidiar a análise técnica. **21)** Com a palavra, a
385 representante suplente do IABSP, Sra. Maria Elizabet Paez Rodriguez, sugeriu que a
386 CPPU solicite ao interessado que seja apresentado um relatório EIA/RIMA para verificar
387 os impactos ambientais, pois em São Paulo ocorreram alterações no comportamento dos
388 animais, em especial dos pássaros, pois nos últimos 30 anos a cidade ficou mais ruidosa, e
389 com esse relatório, a comissão teria parâmetros para analisar os casos; em resposta, o
390 Presidente esclareceu que o EIA/RIMA tem legislação municipal, estadual e federal com
391 exigências bem específicas, e seria competência do Conselho de Meio Ambiente e não
392 competência da CPPU de solicitar este relatório, ainda mais para uma solicitação de um

393 projeto com a abrangência de um painel de LED numa fachada de uma edificação, não
394 significando que não possa ser proposto um outro instrumento de análise que possa
395 ajudar a subsidiar. **22)** Com a palavra, o representante titular do MDSP, Sr. Fabio Jorge
396 Benini Cabral, questionou se a comissão poderá propor um novo prazo ou a deliberação
397 vai ser específica da solicitação do interessado com o prazo indeterminado; em resposta,
398 o Presidente informou que a proposta apresentada é da assessoria técnica, mas os
399 membros podem propor uma proposta alternativa de prazo determinado. **23)** O
400 Presidente afirmou que se alguém achar relevante, poderão ser realizadas duas
401 deliberações, a primeira pelo deferimento ou não, da renovação da autorização para
402 continuar operando, e a segunda para deliberar pelo tempo indeterminado ou
403 determinado; então, o representante titular do MDSP, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral
404 sugeriu, como alternativa, aprovar por um período de seis meses; o Presidente
405 apresentou a sugestão de alterar a proposta da assessoria técnica por prazo determinado
406 de seis meses e apresentou também como sugestão a aprovação do “ad referendum” da
407 presidência que aprovou a operação do painel até a data da reunião; a assessora técnica
408 da São Paulo Urbanismo, Sra. Matilde da Costa, informou que a proposta foi com o prazo
409 indeterminado, como o conselheiro indicou, para que seja de outra forma, então, a
410 proposta dele deverá ser colocada em votação, e não tendo voto suficiente volta-se para
411 a proposta apresentada; a Secretária Executiva informou sobre outras propostas no chat,
412 e quais os procedimentos adotados nesses casos, que é fechar uma proposta de
413 encaminhamento em consenso com todos os membros, e depois colocar em votação, ou
414 seguir com a proposta que o Presidente fez; em continuação, o Presidente informou que
415 existiam três propostas no chat para que seja renovado por doze meses e uma proposta
416 do representante titular do MDSP para que seja renovado por seis meses; o Presidente
417 questionou se o representante titular do MDSP concordaria em deixar por doze meses ou
418 se permaneceria com sua proposta; em resposta, o representante titular do MDSP
419 informou que a sugestão proposta por ele para a comissão de seis meses seria o tempo
420 hábil para poder criar um dispositivo de avaliação dos painéis, inclusive tornando-se de
421 forma corriqueira a análise de questões que vierem a aparecer com alguma semelhança,
422 acreditando que seis meses seria o suficiente para estabelecer parâmetros; o Presidente
423 informou que a Resolução já está há algum tempo na CPPU, e, falando pela área técnica,
424 pelos próximos doze meses não haveria tempo para estabelecer novos parâmetros mais
425 objetivos que possam nortear a comissão de maneira objetiva, o que se pode fazer são os

426 básicos, como a consulta para a CET por exemplo, sempre lembrando que a CPPU tem
427 uma equipe técnica mínima para dar conta dos processos; em continuação, o Presidente
428 informou que o ideal seria estabelecer um consenso em relação ao prazo. 24) O próximo
429 com a palavra, o representante suplente da CICLOCIDADE, Sr. José Antonio Chinelato
430 Zagato, informou que consultou artigo V do Regimento Interno, e que, no entendimento,
431 o relator é um conselheiro, e não ficou claro quem é o relator que está endossando a
432 proposta apresentada, pois o relator poderá fazer uma proposta de ser por prazo
433 determinado ou os membros podem fazer essa proposta, e portanto essa deverá ser
434 deliberada; sobre o caso de ser por seis meses, informou que não é porque não foi
435 realizado antes que não poderia ser feito agora; informou que fará uma consulta entre
436 CPPU e IPT, ou qualquer outro órgão, para a construção de uma proposta com critérios
437 técnicos para dispositivos luminosos na fachada; em resposta, o Presidente afirma que o
438 relator não é membro da comissão, e, conforme o Regimento Interno, a SPUrbanismo
439 exerce a função de assessoria técnica da CPPU, assim facilitando a análise e o
440 entendimento dos processos com sugestões de encaminhamentos. 25) Com a palavra o
441 representante titular do CPM, Sr. Durval Nicolau Tabach, iniciou dizendo que a comissão
442 não tem intenção inicial de proibir iniciativa desse tipo, até porque já tiveram outras
443 dessas aprovações, porém, esse período de seis meses já foi testado antes e não teve
444 nenhum tipo de problema ou denúncia, e esse tipo de solicitação de painel luminoso
445 tende a se tornar cada vez mais frequente; então, dentro dessas condições, considerou
446 que, se a comissão concordar, seria razoável dar um prazo maior que seis meses para a
447 renovação, pois a reunião é a cada dois meses, se todas as renovações acontecerem num
448 período de seis meses, vai chegar um momento que vai ser só para aprovação de
449 renovação, sem outras motivações para discutir, sendo assim a melhor opção seria um
450 prazo maior, de um ou dois anos, desde que não seja indeterminado; assim, dividindo a
451 votação em duas partes, primeiro para saber se vai renovar ou não, e, sendo aprovada a
452 renovação, passaria para a segunda votação com as três opções, prazo indeterminado,
453 seis meses ou um ano; o Presidente agradeceu e informou que realizaria a votação do “ad
454 referendum” da Presidência e a renovação da operação do painel, uma vez aprovada,
455 passaria para a segunda votação, para definir por prazo indeterminado ou prazo
456 determinado por 12 meses; após todos os debates, e, à vista das informações SP-
457 URB/SPE-ASS-PURB (059268864/059269230), deliberou pelo **deferimento**, por
458 **unanimidade de votos**, pelos representantes da **SMUL 1** (Titular); **SMUL 2** (Titular); **SGM**

459 (Titular); **SMJ** (Suplente); **SMSUB** (Suplente); **SMC** (Suplente); **SVMA** (Titular); **SP-**
460 **URBANISMO** (Titular); **MDSP** (Titular); **COHAB 1** (Suplente); **MACKENZIE** (Titular);
461 **IAB-SP** (Suplente); **ACSP** (Titular); **CPM** (Titular) e **CADES 1** (Titular) da renovação da
462 autorização de operação da fachada de mídia digital permanente, na fachada do edifício
463 do Shopping Cidade Jardim, localizado na Rua Haddock Lobo, 1626, para a exibição
464 exclusiva de conteúdos artísticos e/ou decorativos, sem exibição de conteúdos relativos a
465 “desfile de modas” ou temáticas relacionadas às atividades comerciais do
466 estabelecimento, sem quaisquer inserções de nomes ou logos de realizadores,
467 patrocinadores ou apoiadores, respeitadas ainda as demais disposições da Resolução
468 SMUL.SEOC.CPPU/002/2017, conforme informação “ad referendum” (059484005); e
469 pelo **deferimento**, por **08 votos favoráveis** pelos representantes da **SMUL 1** (Titular);
470 **SMUL 2** (Titular); **SGM** (Titular); **SMJ** (Suplente); **SMSUB** (Suplente); **SMC** (Suplente); **SP-**
471 **URBANISMO** (Titular) e **ACSP** (Titular) e **07 votos contrários** pelos representantes da
472 **SVMA** (Titular); **MDSP** (Titular); **COHAB 1** (Suplente); **MACKENZIE** (Titular); **IAB-SP**
473 (Suplente); **CPM** (Titular) e **CADES 1** (Titular) por prazo indeterminado da operação da
474 fachada de mídia digital. **26)** 6068.2022/0001242-4 (AD REFERENDUM); UNIÃO
475 GERAL DOS TRABALHADORES - UGT; EXPOSIÇÃO: "OS 200 ANOS DA
476 INDEPENDÊNCIA E NÓS, TRABALHADORES". Após a relatoria pelo técnico da São
477 Paulo Urbanismo, Sr. Breno Eitel Zylbersztajn, o Presidente iniciou questionando se o
478 interessado estava presente para fazer o uso da palavra; a Secretária Executiva informou
479 que não houve inscrição de interessados; então, o Presidente passou a palavra para os
480 representantes. **27)** Com a palavra, a representante titular da SMUL 1, Sra. Flávia
481 Taliberti Peretto, iniciou destacando que há uma predominância da realização dos
482 eventos na região da Avenida Paulista, e que gostaria de saber se foi discutido durante o
483 processo, a possibilidade de expandir e ocorrer em outras regiões da cidade, em especial
484 nas regiões das periferias, ou se seria possível propor para o interessado. **28)** Em seguida,
485 a palavra foi passada para o representante titular do CPM, Sr. Durval Nicolau Tabach,
486 que apresentou uma dúvida em relação ao conteúdo dos painéis, sobre o artista Cobra
487 manter a surpresa do painel e com isso, os representantes não saberão o que será
488 veiculado até o momento da apresentação, então gostaria de entender como seria
489 deliberado o assunto; sobre a limitação da largura da ciclovia, gostaria que fosse
490 assegurado que não fosse prejudicada com esse equipamento. **29)** Em resposta sobre os
491 assuntos apresentados pelos dois representantes, o Presidente informou que o

492 interessado pretende sim apresentar alguns painéis em centros culturais e CEUs da
493 periferia; em relação ao conteúdo não declarado, informou ser a primeira vez que
494 acontece, mas em função do histórico com a UGT e com o Cobra, decidiram dar um voto
495 de confiança, mas de qualquer forma, o que os técnicos tem como informação é que em
496 todas as exposições da UGT, o foco é o trabalhador, e nesse caso o que seria feito é um
497 grafite do Cobra com base em fotografias dos trabalhadores; em complemento, o técnico
498 da São Paulo Urbanismo Breno esclarece que o proponente afirma que vai passar a
499 exposição em tamanho reduzido em equipamentos públicos que serão espalhados pelas
500 periferias da Cidade de São Paulo, e que o interessado informou no processo que esse
501 ano pretendia expor três equipamentos que seriam indicados pela Secretaria Municipal
502 da Cultura, e complementou a fala do Presidente de que mesmo não vendo as obras, a
503 UGT e o Cobra passaram uma segurança para apresentar a proposta de deferimento. **30)**
504 O representante titular do MDSP, Sr. Fabio Jorge Benini Cabral, solicitou a palavra,
505 dizendo que se já foi aprovado anteriormente por conta da data da reunião ser após o
506 início da exposição, os representantes só votaram para consolidar esta ação, e se caso
507 não aprovar, o que poderia acontecer; em resposta, o Presidente diz que, na data da
508 reunião, é bem provável que estejam montando a infraestrutura, pois leva um certo
509 tempo, e até por este motivo, a Presidente aprovou como “ad referendum”, fora as
510 demais aprovações como CET, Subprefeitura, Secretaria da Cultura; sobre a instalação na
511 faixa dos ciclistas, desde a primeira instalação, foi tratado e estudado junto com a CET
512 para que a exposição ficasse bem acima do poste e que o painel inferior ficasse sem
513 nenhuma obstrução para não atrapalhar os ciclistas ou pedestres; após os debates, e, à
514 vista da informação SP-URB/SPE-ASS-PURB (064689768), deliberou pelo deferimento,
515 por **unanimidade de votos**, pelos representantes da **SMUL 1** (Titular); **SMUL 2** (Titular);
516 **SGM** (Titular); **SMJ** (Suplente); **SMSUB** (Suplente); **SMC** (Suplente); **SVMA** (Titular); **SP-**
517 **URBANISMO** (Titular); **MDSP** (Titular); **COHAB 1** (Suplente); **MACKENZIE** (Titular);
518 **IAB-SP** (Suplente); **ACSP** (Titular); **CPM** (Titular) e **CADES 1** (Titular) da comunicação
519 visual da exposição denominada "OS 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA E NÓS,
520 TRABALHADORES", no período de 01 de maio a 01 de junho de 2022, ao longo da Av.
521 Paulista, por tratar-se de intervenção urbana, de caráter cultural e comemorativo,
522 conforme informação “ad referendum” (059484005).

523 **Encerramento:** não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente Suplente agradeceu a
524 todos e encerrou a reunião às 17h20min.

525 **ENTIDADES AUSENTES:**

526 II-REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

527 Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES /

528 Conselho Participativo Municipal – CPM 2

PRESIDÊNCIA

FRANCISCO CEZAR TIVERON
PRESIDENTE

APOIO

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

FLÁVIA TALIBERTI PERETTO
TITULAR

ROSANA YAMAGUTI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

MARIANA ARAÚJO ROGGERO

TITULAR

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL - SGM

PEDRO CAIQUE LEANDRO DO NASCIMENTO

TITULAR

PEDRO KAZU GABIATTI

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ

MARIA LUCIA PALMA LATORRE

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

MARCOS VINICIUS CORREA DE SOUZA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

ALICE DE ALMEIDA AMÉRICO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

LARISSA BUENO MENDONÇA

TITULAR

SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO

LUCIA MIYUKI OKUMURA

TITULAR

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

I) MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO

MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO - MDSP

FABIO JORGE BENINI CABRAL

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS URBANOS DE SÃO PAULO – CICLOCIDADE

JOSÉ ANTONIO CHINELATO ZAGATO

SUPLENTE

II) MOVIMENTOS SOCIAIS E DE BAIRRO

ASSOCIAÇÃO DOS MUTUÁRIOS E MORADORES DA COHAB 1

MARIA ANGELICA CORREIA DE OLIVEIRA

SUPLENTE

**III) ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE
PRESBITERIANA MACKENZIE**

VIVIANE MANZIONE RUBIO
TITULAR

**INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS -
PÓLIS**

DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
SUPLENTE

**IV) ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DE SÃO PAULO -
IABSP**

MARIA ELIZABET PAEZ RODRIGUEZ
SUPLENTE

**V) ACADÊMICO E TÉCNICO-PROFISSIONAL
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - ACSP**

VANESSA GIROTO MUNIZ
TITULAR

**ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO -
ASBEA-SP**

ADRIANA BLAY LEVISKY
SUPLENTE

**VI) CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM**

DURVAL NICOLAU TABACH
TITULAR

STELA DE CAMARGO DA DALT
SUPLENTE

**VII) CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SETORIAIS
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - CADES**

ELISA RAMALHO ROCHA
TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - CPM

MAURICIO RAMOS DE OLIVEIRA
SUPLENTE